



A democracia em crise: o olhar da comunicação sobre as manifestações de rua no Brasil em 2013

Democracy in crisis: the communication point of view about the street protests in Brazil, 2013

Humberto da Cunha Alves de Souza *

Myrian Regina Del Vecchio de Lima **

RESUMO

As manifestações de rua ocorridas, com intensidade, em junho de 2013 no Brasil, podem ser vistas como fenômeno social-comunicativo para os quais é preciso olhar sem apego e de forma reflexiva. Uma das possibilidades de leitura sobre esse fenômeno diz respeito a uma possível crise na democracia representativa, sendo esta a premissa que embasa esse artigo. Para melhor estabelecer essa conexão, juntamos bibliografias, depoimentos, análises, entrevistas, não apenas sobre as manifestações, mas também sobre as plataformas nas quais foram geradas - as mídias sociais, espaço de uma cultura nova, tanto em termos tecnológicos como território de renovações ideológicas e políticas.

Palavras-chave: Democracia representativa; Comunicação; Cibercultura; Determinismo tecnológico; Mídias sociais.

ABSTRACT

The street protests that occurred intensively in June 2013 in Brazil can be considered as a socio-communicative phenomenon to be observed in a detached but reflexive manner. One reading of the phenomenon concerns a possible crisis in representative democracy, which is the premise that defined this article. To better establish this connection, we gathered bibliographies, statements, reviews, interviews, not only about the protests, but also concerning the platforms on which they were generated - the social media, space of a new culture, both in terms of technology and as a field of ideological and political renewal.

Keywords: Representative democracy; Communication; Cyberculture; Technological determinism; Social media.

* Mestrando em Comunicação pela Universidade Federal do Paraná. Endereço: Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, 80035-010, Curitiba, PR. Fone: (41) 8469 5966. E-mail: hu.souza@gmail.com

** Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. Universidade Federal do Paraná. Endereço: Rua Bom Jesus, 650, Juvevê, 80035-010, Curitiba, PR. Fone: (041) 9193-2754. E-mail: myriandel@gmail.com

INTRODUÇÃO¹

Há algum tempo pesquisadores indicam e analisam uma crise da democracia representativa mundial, inclusive apontando suas falhas e os caminhos para restabelecê-la. No Brasil especificamente essa crise jamais havia se apresentado com tanta “personalidade” desde o movimento “Fora Collor” de 1992 como ocorreu em junho de 2013, com manifestações nas ruas das grandes cidades brasileiras.

Entre taxonomias, reflexões, metodologias e posições “político-partidárias”, muitos – pesquisadores, acadêmicos, políticos, jornalistas, juristas – saíram atrasados na reflexão sobre este fenômeno social-comunicativo. Alguns sustentaram, por exemplo, ser um movimento de protestos de uma juventude de classe urbana e média, logo taxada de “rebeldes sem causa”. Na sequência, porém, as manifestações de parte dos moradores de favelas do Rio de Janeiro derrubariam este argumento equivocado travestido de reflexão científica. A mídia e o Estado, instituições que apresentaram, inicialmente, postura similar, também não demorariam muito para adotar um discurso de aproximação, em que supostamente respeitavam e, duvidosamente, estavam comprometidos em evidenciar os “vândalos e baderneiros” que, em minoria, durante as manifestações, depredavam prédios públicos e privados, e colocavam à prova o processo democrático, como fizeram tanta questão de sublinhar as coberturas televisivas e de jornalismo impresso que abordavam centralmente os aspectos violentos dos fatos.

De forma geral, pode-se afirmar que as manifestações urbanas de junho de 2013 não tinham pauta definida, não surgiram de maneira organizada, não tiveram roteiros pré-determinados nem lideranças, e são essas características que tornam truncada sua comunicação com instituições de poder já estabelecidas na sociedade como o Estado, a mídia tradicional (aqui definida pelas grandes redes de televisão, jornais de circulação nacional e revistas nacionais semanais) e até mesmo a academia. Ou seja, tais manifestações emitiram outra fonte de comunicação, pouco explícita para uma análise mais convencional dos fenômenos sociais. É a quebra desse paradigma taxonômico que preocupa, põe medo e afronta as instituições citadas. O que se espera é que esse “abalo nos eixos” institucionais seja capaz também de provocar mudanças.

Lúcia Santaella afirma que “não é prudente se debruçar monograficamente sobre um fenômeno quando ele ainda se encontra em estado de fervura”. (SANTAELLA, 2010, p. 8). Qualquer fenômeno comunicacional, porém, sob o prisma das novas tecnologias de comunicação, como é o caso da forma de chamamento para as manifestações de rua, estará quase sempre em ponto de fervura, dadas sua urgência de mobilização e suas formas contemporâneas de se tornar uma pauta social, interferindo na realidade cotidiana, inicialmente a partir da interação virtual. Não se trata, portanto, de estacar no tempo essa reflexão como resposta para o fenômeno, mas como bem observou Santaella: “Tratamos aqui de pegar o pássaro na energia de seu voo, para apalpar suas características sem sofreguidão e sem a paixão que cega,

¹ Artigo apresentado no Eixo 4 – Política, Inclusão Digital e Ciberativismo, do VII Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura, realizado em 20-22 de novembro de 2013, em Curitiba, PR

de modo a extrair dessas características algumas lições a mais”. (SANTAELLA, 2010, p. 9).

O pesquisador cujo objeto envolva as novas tecnologias da comunicação e suas possibilidades de construção de sentido social estará sempre com esse desafio em mãos: “O de analisar o pássaro na energia de seu voo”. O que se defende nesse texto é a análise do fenômeno sem formar juízos ou dar a ele interpretações perenes. O que é preciso garantir é deixar o objeto ou o ator coletivo falar o que quiser, no tempo que quiser. O que ele falará depois será objeto de outras interpretações e análises. Ou então, caberá ao tempo tornar essa reflexão uma análise imutável e/ou o registro histórico desse fenômeno, hipótese da qual duvidamos por tratar-se de um movimento sem precedentes no país.

Pois bem, a proposta deste trabalho é provocar reflexões em relação ao cenário dessas manifestações, sob a premissa de uma “crise” na democracia representativa no Brasil, reforçada pela avalanche de interpretações que se dão aos acontecimentos e que, inclusive, se busca aqui, embora em aspectos pontuais, desconstruir; bem como entender os aspectos constituintes para denominar o que ocorre de “crise”. É preciso também entender a questão do determinismo tecnológico que emerge, inevitável e euforicamente, como é comum ocorrer em relação a outros fenômenos ligados às novas tecnologias de comunicação. Antes, contudo, apresentam-se os conceitos de democracia e democracia representativa que fundamentam essa reflexão.

DEMOCRACIA E SUA REPRESENTATIVIDADE

O termo “democracia”, embora um dos mais conhecidos e discutidos em todo o mundo, contém uma amplitude conceitual complexa, sobretudo quando carregada das ideologias de quem tensiona sua definição. Etimologicamente, a palavra de origem grega significa “governo do povo”. Denis L. Rosenfield (1994) ressalta que em um primeiro olhar é significativa a questão quantitativa de “povo” para o conceito de democracia, como sendo o governo da “maioria” em clara oposição à monarquia (governo de um) e a aristocracia (governo de alguns). E assim também entendeu Norberto Bobbio:

Por democracia entende-se uma das várias formas de governo, em particular aquelas em que o poder não está nas mãos de um só ou de poucos, mas de todos, ou melhor, da maior parte, como tal se contrapondo às formas autocráticas, como a monarquia e a oligarquia. (BOBBIO, 2000, p. 7).

Como observou John Markoff (2013, p. 23-27), a democracia foi uma forma de governo que por séculos se restringiu apenas aos considerados com “pleno direito”, ou seja, cidadãos homens, adultos e livres (excluindo mulheres, crianças, estrangeiros e escravos). Hoje, admitem-se mulheres no processo democrático (no Brasil apenas em 1932 as mulheres conquistaram direitos políticos) e já não se tolera mais a escravidão. Isso serve para exemplificar que “a democracia é dinâmica” como defende o autor. Segundo ele:

Não há razão para acreditar que a noção de democracia a prevalecer daqui a dois séculos será a mesma hoje vigente, assim como nosso entendimento atual de democracia não é o mesmo de quando as revoluções sociais criaram novas instituições há pouco mais de dois séculos. (MARKOFF, 2013, p. 28).

Isso revela a visão culturalista do conceito de democracia. E, nesta mesma perspectiva, Reynold Williams (1969), ao corroborar com Weekley, quando este aponta que a palavra passou a fazer parte do vocabulário político a partir da Revolução Francesa, diz que no século XVIII e início do século XIX, o termo era aplicado de maneira desfavorável para descrever os “impulsos desordenados da plebe”. Para o autor, o termo passou a representar “os efeitos produzidos na Inglaterra pelas Revoluções francesa e norte-americana e assinalam uma frase crucial da luta que ali se travou pelo que atualmente chamaríamos representação democrática”. (WILLIAMS, 1969, p. 16).

Um segundo ponto a ser observado, não menos importante, é a aproximação/imbricação entre os conceitos de democracia e liberdade. A liberdade entendida é tanto a liberdade geral – do Estado em não se sujeitar às questões externas – como de cada indivíduo em particular. Portanto, uma democracia é forte o bastante quando o governo é autônomo o suficiente perante as externalidades e, simultaneamente, tem como pedra angular a preservação das liberdades individuais.

A DEMOCRACIA BRASILEIRA EM CRISE

Ao se referir ao sistema político brasileiro, que iniciou sua redemocratização em meados dos anos 1980 após duas décadas de ditadura militar, Marcos Nobre afirma que “ao longo de vinte anos, esse sistema cuidou tão bem de se blindar contra a força das ruas que não podia mesmo entender como as ruas o tinham invadido com tanta sem cerimônia”. (NOBRE, 2013a, p. 5). Ao que parece, este pode ser um primeiro ponto de partida para se pensar sobre a truncada comunicação entre o povo e suas instituições democráticas e, portanto, se pensar em uma democracia em crise¹ que, com certeza, envolve vários outros fatores para sua emergência.

Em entrevista ao programa “Entre Aspas”, da Globo News, Nobre (2013b) esclareceu que essa blindagem se iniciou com o *impeachment* do ex-presidente Collor e ao longo do tempo foi se acentuando. O problema dos pactos partidários realizados no país, em especial nos governos mais recentes, pode ser analisado à luz dessa democracia ainda frágil, em nome da governabilidade e como garantia aos avanços sociais, que significam a inclusão não apenas econômica, mas também política, de milhões de cidadãos ao sistema democrático representativo.

Em função desses pactos de governabilidade realizados na forma de grandes alianças políticas, o sistema político deixa de ser, em parte, polarizado. Simultaneamente, a grande mídia tradicional repercute apenas o que interessa com relação ao pacto geral de não polarização, mas também aos interesses políticos partidários específicos que de certa forma estabelecem brechas nessa blindagem. De qualquer forma, como consequência, a população fica sem qualquer canal de comunicação com o poder político instituído. Em especial porque também, ao longo do tempo de formação da sociedade nacional, os brasileiros deixaram de construir, com as ênfases necessárias,

¹ Cabe esclarecer que, embora Nobre não tenha observado, essa blindagem no contexto da época - de transição de um sistema autoritário para a democracia - pode ter sido um recurso importante para aquele momento específico. Se, como visto, uma democracia para ser forte o suficiente precisa preservar as liberdades (do Estado e as individuais), pelo menos enquanto o processo ainda é “principlante” é preciso garantir essas liberdades e, conseqüentemente, a consolidação do processo democrático. Ao contrário, Nobre parece ter dado a ela um juízo de erro político, optando por chama-la de “pemedebismo”. Neste ponto sua reflexão não será útil aos intentos deste trabalho, por isso, essa adjetivação será ignorada.

organizações, coletivos e canais fortes de negociação social e cidadã com as instituições de poder.

O que pesa, portanto, é que os governos democráticos, recém-restabelecidos do ponto de vista histórico, continuaram a promover essa “blindagem” para garantir poder e estabilidade político-partidária.

Qualquer cidadão, por exemplo, que queira se opor ao sistema e iniciar um novo partido, não enfrentará um processo tranquilo pela frente. Além de reunir assinaturas de cento e um fundadores em pelo menos um terço dos estados, novas legendas necessitam de meio por cento dos votos dados na última eleição à Câmara Federal, sem os brancos e nulos, como apoio mínimo de eleitores². É o que enfrentou a ex-senadora Marina Silva na criação da Rede Sustentabilidade: a legenda não conseguiu validar todas as assinaturas necessárias de apoio de eleitores e perdeu a oportunidade de concorrer às eleições em 2014.

É bem verdade que a criação de uma nova legenda não poderia ser um processo de todo fácil; isso traria problemas ao próprio processo democrático, com o surgimento de centenas de legendas, por exemplo. Contudo, some-se a isso o Projeto de Lei de autoria do Deputado Edinho Araújo (PMDB/SP), o PL 4470/2012 que, em síntese, proíbe ao parlamentar que mudar de partido levar consigo as cotas de tempo de rádio e TV e os recursos do Fundo Partidário, essenciais para o processo democrático. Este parece ser outro caso de “blindagem” do sistema político. Ainda que a sigla seja idealizada por Marina Silva, só serve se for apoiada por aproximadamente 500 mil assinaturas de eleitores; muitos deles ansiosos por um novo partido que lhes dê mais espaço para discussão.

Outros exemplos merecem lembrança: a) PEC 33/2011, de autoria do Deputado Nazareno Fonteneles (PT/PI), que submete as decisões do Supremo Tribunal Federal, o STF, ao Congresso; b) PEC 37/2011, de autoria do Deputado Lourival Mendes (PTdoB/MA), que propunha eliminar os poderes de investigação do Ministério Público. Foi derrubada em 25 de junho por 430 votos, após as manifestações no país; c) PEC 99/2011, de autoria do Deputado João Campos (PSDB/GO), que autoriza entidades religiosas a questionarem leis no STF e; d) PDC 234/2011, também de autoria do Deputado João Campos (PSDB/GO), conhecido como “cura gay”, o projeto propunha sustar o parágrafo único do artigo 3º e o artigo 4º da Resolução do Conselho Federal de Psicologia, que impediam a atuação de psicólogos no tratamento e cura de homossexuais e de fazerem declarações públicas que reforçassem preconceitos em relação aos homossexuais. Em 2 de julho de 2013 o projeto foi arquivado a pedido do próprio autor do projeto.

Esse padrão político de cerceamento democrático, por meio de projetos de lei extemporâneos ou não, mostra bem que a democracia, apesar de representativa, caminha na contramão da vontade do povo. PECs como a 33/2011 e 37/2011 estão em total dissonância com o que pensa a população sobre as atividades do STF e do Ministério Público desde o conhecido caso do julgamento do Mensalão (Ação Penal 470), mesmo levando em conta que boa parte da opinião pública sobre o assunto recebeu forte influência do tom editorial da mídia que pré-julgou os chamados mensaleiros. Em busca rápida nas mídias sociais é possível perceber a indignação popular com as propostas citadas; alvo, inclusive, das manifestações de rua em junho de 2013. Por que, então, propô-las?

² Cf. <<http://www.tre-mg.jus.br/partidos/criacao-de-partidos>>.

Como agravante, o Estado subestimou a capacidade da população de revoltar-se, como pode ser observado na fala do Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Coronel Erir Ribeiro Costa Filho, em entrevista ao programa “Entre Aspas”, da Globo News. O Coronel assumiu que foram suprimidas das academias de policiais e soldados as disciplinas de controle de distúrbios, sendo o Batalhão de Choque a única unidade que possui o domínio dessas técnicas. Em sua fala, percebemos a instabilidade do momento.

A atuação das unidades de controle de distúrbios praticamente está ficando acuada. Todos os órgãos, inclusive instituições, não estão querendo que as polícias usem bala de borracha, gás lacrimogênio, caminhão de água, som. Então... O que as polícias militares vão utilizar para o controle de distúrbios? Esses órgãos têm que nos dizer, praticamente, o que nós vamos utilizar contra essas pessoas. (FILHO, 2013).

Com isso, até agora, compõem esse cenário de reflexões: a) um sistema político em parte blindado e na contramão do que deseja o povo; e b) um Estado atônito sem saber como proceder para conter e resolver esses “distúrbios”³. Encaminha-se essa reflexão para a existência de um terceiro elemento, um **elemento comunicacional**: c) uma surdez do sistema político, uma comunicação truncada, até mesmo em razão da blindagem, como bem observou Nobre (2013), mas também a ausência de canais de negociação construídos pela própria sociedade, com capacidade de articular interesses dos cidadãos com os grupos de poder.

TEMPERANDO COM A COMUNICAÇÃO

Está aqui presente o amplo entendimento de que o sistema político, em uma democracia representativa, tem obrigação de ouvir a população, por intermédio de qual canal for, institucionalizado ou não. Os exemplos a seguir servem para mostrar o quanto o sistema político nacional não se alinha às novas tecnologias como canais interativos de comunicação para uma parte significativa da população; o que ocorre é uma espécie de surdez.

O primeiro exemplo emblemático foi o caso da petição pública virtual no site Avaaz⁴ pelo *impeachment* do Senador Renan Calheiros (PMDB-AL), suspeito de crimes de peculato, falsidade ideológica e falsificação de documentos. Cabe considerar que a petição já havia iniciado antes da eleição de Calheiros para Presidente do Senado Federal. Portanto, o povo já mostrava sua irritação, mas a voz popular foi ignorada. O senador foi eleito Presidente da instituição, em 1º de fevereiro de 2013, com 56 votos. A petição continua ativa e já ultrapassa a marca de um milhão e meio de assinaturas. Ela foi entregue simbolicamente, em 20 de fevereiro de 2013, aos senadores Pedro Simon (PMDB/RS), Cristovam Buarque (PDT/DF), Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) e João Capiberibe (PSB/AP). Renan Calheiros, alvo das críticas, havia lançado uma semana antes, no dia 15, nota oficial comentando o caso em que disse: “O número de assinaturas não é tão importante quanto a mensagem”. (CALHEIROS, 2013). Entretanto, a mensagem não foi ouvida.

³ A palavra “distúrbios” lembra o que afirmou Williams (1969) sobre os “impulsos desordenados da plebe”.

⁴ Cf. <http://www.avaaz.org/po/petition/Impeachment_do_Presidente_do_Senado_Renan_Calheiros>.

Muito embora não tenha valor jurídico, como apontam os especialistas em direito digital, o valor simbólico da petição deveria ser suficiente – no contexto em que se apresentou – para que o Senado (e principalmente os senadores presentes no ato) dessem respostas concretas para a população. Não foi suficiente⁵; os senadores cumpriram as formalidades já esperadas ao afirmar que a população signatária estava mostrando sua vontade, mas se justificaram ao cobrar que as manifestações fossem às ruas. O Senador Ranfolde Rodrigues defendeu:

Dizer que não acabou com a eleição de Renan é a demonstração de que a sociedade continuará mobilizada. Mas precisamos também mobilizar esses corações virtuais para que eles venham às ruas fazendo com que os parlamentares sintam o calor da pressão popular. (RODRIGUES, 2013).

A resposta de Eduardo Cruz, um dos integrantes do grupo que organizou a referida petição, foi direta:

Foi mencionado por parte dos Senadores que tem que ter negócio nas ruas. Como assim tem que ter negócio na rua? Não tem que ter negócios na rua. Uma petição virtual é a opinião do povo. Você não pode questionar o veículo com que essa opinião do povo chega no lugar. (CRUZ, 2013).

Percebe-se na fala de Eduardo Cruz a irritação com o fato de se ter realizado um ato simbólico de tamanha dimensão – afinal, um milhão e meio de assinaturas é mais que o meio por cento necessários para a criação de um novo partido – e a resposta mais concreta obtida do Senado foi um pedido de ida dos signatários virtuais às ruas.

Em outro momento e situação, logo após as manifestações de rua de junho de 2013, durante entrevista ao programa “Entre Aspas”, da Globo News, o Coronel Erir também demonstrou a incapacidade de comunicar-se a partir das demandas vindas das novas plataformas digitais e de depurar o que ocorre, diante dos novos fenômenos sociocomunicacionais.

A dificuldade hoje, que... nós não temos com quem dialogar. Hoje nós não podemos... é... tudo redes sociais. Não se tem um líder. Como era convencional, nós até discutimos com essas pessoas. E hoje o que me estranha como profissional de 33 anos... é que... inclusive a mídia, tá sendo... é... atingida. Não é só uma emissora, são todas as emissoras de televisão que não têm esse direito de cobrir um evento desse. Por que que eles estão fazendo isso? Ninguém sabe. (FILHO, 2013).

A espontaneidade com que surgem as mobilizações e como se organizam, sem lideranças nem roteiros, é a marca inusitada dessas manifestações virtuais, que seguem para as ruas, e falas como esta acima deixam evidente isso. Evidenciam ainda que parte da população conseguiu driblar a falta de canais de negociação acessíveis à maioria e encontrou novos modos e outros canais para comunicar suas insatisfações. Contudo, também fica claro que estes canais não são ainda “lidos” adequadamente pelo sistema; tanto que se conseguiu dar como única resposta a repressão policial

⁵ Em momento algum se defende aqui que toda demanda popular deve ser atendida. O caso é emblemático.

que, inclusive, provocou a revolta de grande parcela da população, reforçando e legitimando ainda mais as manifestações.

Em seu livro, “Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da internet”, Manuel Castells observou a conversão dessa repressão em força impulsionadora.

Na experiência histórica e na observação dos movimentos analisados neste livro, os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes instituídos apesar do perigo inerente a suas ações. (CASTELLS, 2013, p. 157-158).

Em seguida, o autor comenta que, ao vencer o medo, os movimentos sociais são tomados por uma emoção positiva de entusiasmo. “Indivíduos entusiasmados, conectados em rede, tendo superado o medo, transformam-se num ator coletivo consciente”. (CASTELLS, 2013, p. 158). Foi mais ou menos assim que funcionou a repressão policial, como um combustível para esse processo de “entusiasmo social”.

E não somente no momento de sua explosão nas ruas mas, como prevenção, o sistema também não conseguiu atuar. Como se sabe, a maioria dos governos estaduais e a Presidência da República têm contas no Twitter, Facebook, diferentes blogs, entre outros canais online. Por que então não previram e se prepararam para a onda de insatisfação que tomou as ruas?

Augusto de Franco (2013a) bem observou o fenômeno de “enxameamento” das redes: um grande contingente de pessoas se reúne sem qualquer convocação centralizada, conforme explica (2013b),

não podem ser planejados por um grupo centralizado, não podem ser urdidos por um comitê central e nem podem ser convocados por meios *broadcasting*. Só ocorrem quando se trafega pelos canais próprios das redes, por meios P2P, ou seja, quando o fluxo percorre os múltiplos caminhos de topologias distribuídas. São necessários muitos feedbacks, muitos laços de retroalimentação de reforço, muitas reverberações, para que pequenos estímulos provenientes da periferia dos sistemas estáveis afastados do estado de equilíbrio, possam se amplificar de modo a modificar o comportamento dos agentes do sistema como um todo. Só quem pode fazer isso é a rede, não hierarquias. (FRANCO, 2013b).

Castells também defende que

Por serem uma rede de redes, eles podem dar-se ao luxo de não ter um centro identificável, mas ainda assim garantir as funções de coordenação, e também de deliberação, pelo inter-relacionamento de múltiplos núcleos. Desse modo, não precisam de uma liderança formal, de um centro de comando ou de controle, nem de uma organização vertical, para passar informações ou instruções. Essa estrutura descentralizada maximiza as chances de participação no movimento, já que ele é constituído de redes abertas, sem fronteiras definidas, sempre se reconfigurando segundo o nível de envolvimento da população em geral. (CASTELLS, 2013, p. 160).

O que temos, portanto, é uma nova forma de comunicação, distribuída, em que a ausência de liderança ou roteiros não parece ser problema; e na qual a velocidade e a

instantaneidade da comunicação parecem maximizar toda a estrutura distribuída. Como visto, o sistema político cuidou tão bem de se blindar que, diante desse novo tipo de comunicação, não consegue mais prever, ouvir e/ou compreender as demandas das ruas. Apesar disso, também é possível pensar que o sistema age deste modo conscientemente, na tentativa de manter as relações de poder e acordos político-partidários que acabam, por fim, na mesma metáfora da blindagem. Ou seja, consciente ou inconscientemente, o que se tem é um cenário de surdez do Estado para com as demandas sociais.

A democracia é representativa, mas a sociedade também se mostrou distribuída e cooperativa. As manifestações no Brasil são o exemplo dessa sociedade em rede, cada vez mais conectada. Essas são, talvez, as evidências de que a comunicação, ou a falta dela, inclusive as novas organizações do social, nascem à revelia dos meios tradicionais. É exatamente por isso que se faz tão necessário desconstruirmos alguns discursos de determinismo tecnológico que surgem em contextos como este.

SEM ANACRONISMO E DETERMINISMO TECNOLÓGICO, POR FAVOR

A forma como a sociedade se organiza hoje é diferente de vinte anos atrás. Não adianta utilizar ideologias e modelos antigos para explicá-la, portanto. A sociedade brasileira foi às ruas, em junho de 2013, num grito de basta a determinadas práticas históricas no país, marcadas inclusive por diferentes níveis e formas de corrupção culturalmente estabelecidas desde a época colonial, e não pelo fim do capitalismo ou pelo socialismo. As tentativas de justificar e tabular as manifestações com “velhas taxonomias”, como se viu em diferentes âmbitos – academia, mídia tradicional, círculos político-partidários e empresariais-jurídicos – podem ser chamadas de anacrônicas.

Como se sabe, houve diversas tentativas de explicar e classificar os atos como de vândalos, de baderneiros (esse o adjetivo mais utilizado pela TV Globo, por exemplo, em sua cobertura de rua), de classe média, de esquerda, de direita, de jovens revoltados sem razão, enfim, não faltaram adjetivações. Houve, ainda, a tentativa de encontrar as lideranças e centros de poder que articulavam o processo, como se pode perceber na fala do Coronel Erir. Os manifestantes resistiram a todas essas tentativas imprimindo algo novo nas manifestações e, mais do que isso, mantiveram-se firmes nessa relação. O caso da petição contra Renan Calheiros, em que os senadores pediram aos ativistas que fossem às ruas, também se considera ser um exemplo de anacronismo.

O cenário dessas manifestações - quer se queira quer não - exemplificou o que foi rejeitado inicialmente: uma sociedade em rede disposta a mudar a realidade social, como observaram Castells e Franco. Em sua palestra no evento TEDxSP, Augusto de Franco chegou a dizer que “a sociologia tradicional não consegue explicar isso [*essa sociedade em rede*]. É a nova ciência das redes que vem explicando”. (FRANCO, 2012).

Entretanto, ao polarizar esse discurso, é preciso relativizar fortemente o determinismo tecnológico, ou seja, aquele que condiciona às ferramentas tecnológicas a capacidade de resolver as mazelas da sociedade, esquecendo-se das práticas e processos comunicacionais que dependem da intervenção social. O que se vê no âmbito da divulgação popular – apesar de todas as ressalvas e alertas feitos por estudiosos que se dedicam a analisar as novas tecnologias da comunicação, como Lévy (1999), Castells (1999), Wolton (2004) e outros – é a promessa de emancipação de toda uma sociedade pelo técnico.

De fato, é preciso dar algum crédito às infinitas possibilidades que as novas tecnologias trazem às práticas comunicacionais, sobretudo quando a tomamos como parte do tecido social “dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas”. (CASTELLS, 2000, p. 43). A tecnologia, contudo, é também apenas um meio capaz de contribuir às necessidades de comunicação dessa sociedade em rede e talvez nada mais que isso. A reflexão que se quer provocar aqui se estabelece numa perspectiva cultural. É preciso dar algum crédito as tecnologias, mas é preciso dar um crédito maior à própria sociedade - a como ela se organiza para as mudanças ou para as resistências, e como utiliza as ferramentas tecnológicas para seus intentos.

ONLINE OU OFFLINE, O QUE É QUE VALE?

Nesse contexto, uma das preocupações dos pesquisadores, entre eles Wolton (2004) e Castells (2013), é a de que é preciso “sair do sofá” para que o processo de ativismo e práticas de cidadania digital ganhem força e dêem resultados. Novamente, lembramos como exemplo o caso da petição de *impeachment* contra Renan Calheiros.

As manifestações de junho de 2013 em si foram, e são, um convite e, sobre isso, temos como exemplo a simbólica *hashtag* “#vemprarua”. Mas é preciso perguntar: essa bandeira está com a razão? É somente nas ruas que a “vontade do povo” realmente tem força?

Uma perspectiva possível é que para parte da sociedade contemporânea – de jovens conectados e mobilizados – o híbrido entre *online* e *offline* é suficiente. Eles conseguem produzir, consumir e compartilhar informações gerando discussão, reflexão e até mudança por esses canais. Já as instituições brasileiras não acompanham essa dinâmica e, por isso, não entendem a informação e as formas de mobilização que vêm dessas novas plataformas. Tem-se com isso, um problema mais amplo de comunicação. E como resolver isso?

O que foi e é reivindicado *online*, portanto, precisou (e precisa) ser institucionalizado para ser acolhido. O caminho, em junho de 2013, foi ir às ruas, materializar as reivindicações que já ocorriam há muito *online*. A manifestação física, presencial, nos espaços das cidades, foi a forma adequada àquela conjuntura para que as instituições tomassem consciência da grande insatisfação popular.

Entretanto, o tal “ativismo de sofá” (WOLTON, 2004), tão criticado e inclusive representado em cartazes do tipo “Saímos do facebook”, não deveria ser a questão. Se há um ativismo de sofá, há ativismo, e não inércia.

Não se questiona aqui a capacidade de mobilização entre o *online* e o *offline* como espaços para discutir e reivindicar questões sociais. Embora Castells (2013) defenda que é no espaço público, nas ruas, que se dão as transformações sociais, a inquietação que se pretende dividir aqui é que não ser ouvido na plataforma *online* pode ter sido uma das razões para parte do povo ter ido às ruas. A preliminar sensação de que o Brasil não foi às ruas porque é apenas lá que se trava a luta democrática, mas, ao que parece, foi às ruas porque suas reivindicações não eram ouvidas no canal virtual que lhe havia restado, insiste em retornar – e retornar como uma inquietação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao delinear essas considerações finais, não se pode deixar de comentar sobre algo novo na arena política, que chamou a atenção. Natan Donadon (sem partido-RO), ex-PMDB, Deputado Federal condenado pelo STF por desviar R\$ 8 milhões quando era servidor na Assembleia de Rondônia, preso em 28 de junho de 2013, no Complexo Penitenciário da Papuda, no Distrito Federal, teve seu mandato de parlamentar mantido pelos colegas em votação na Câmara, no dia 28 de agosto do mesmo ano. Foi o primeiro Deputado Federal presidiário na história da democracia brasileira.

Mas fatos como este, para além de causar catarse, devem ser encarados como uma confirmação de dois dos pontos presentes nesta reflexão: a) que se trata de um sistema político blindado com relação a certos interesses próprios, que caminha, inúmeras vezes, na contramão do povo e; b) que se trata agora de uma sociedade em rede, cuja estrutura é a distribuição da informação e cujas práticas são a capacidade de se organizar/reorganizar independente de hierarquias.

O cenário só pode ser descrito como em crise – a crise de uma democracia representativa que se fecha para garantir interesses, em especial da elite política a qual, temperada com uma nova questão comunicacional, percebe-se não ser mais capaz de ouvir os brasileiros. E o povo parece dizer exatamente isso: “Não nos representa”. Apesar dos votos que elegeram todo um Congresso Nacional.

Ao contrário do que muitos afirmavam, o povo não estava politicamente inerte, e muito menos está agora. As manifestações provaram o contrário e, como bem observado por Castells: “Sua existência contínua tem lugar no espaço livre da internet”. (CASTELLS, 2013, p. 160). Portanto, afirmações do tipo “o gigante adormeceu” repetirão o mesmo erro inicial do “politicamente inerte”. As manifestações encontram no espaço livre da internet seu lugar de reorganização e reestruturação até que se tragam à baila novas “respostas de indignação” para casos como o de Donadon.

As manifestações brasileiras de 2013 romperam com a lógica da mobilização social a que estávamos acostumados, a começar pela diversidade de pautas – algo que, aliás, foi duramente criticado. No início, o que ficou aparente foram os problemas de aumento de passagem do transporte público e os gastos com a Copa do Mundo de 2014. Entretanto, logo surgiram novas pautas, novas insatisfações. O que reforça o entendimento de que as demandas eram muitas, retraídas e acumuladas, aguardando por um canal e um contexto que suportassem expressá-las.

Grande parte das opiniões iniciais encaminhou-se no sentido de que era preciso propor uma pauta, institucionalizar; que ir às ruas apenas para dizer basta não era suficiente, não chegaria a lugar algum; que era preciso apresentar alternativas de políticas públicas e não “apenas tomar as ruas”, que isso “era muito fácil”. Bem, não pareceu ser tão fácil do modo como ocorreu.

Não se ouviu apenas um grito de basta coletivo, mas também observou-se um grito individual de basta. As demandas únicas se encontraram no espaço da coletividade, *online* ou *offline*, e se fizeram presentes. Quem poderia imaginar que essas demandas tão diversas seriam uma das principais características de uma manifestação que se estendeu por todo o país? Algo muito semelhante já ocorria nas redes sociais *online*. Estamos falando de *A sociedade individualizada* de Bauman (2008); e de *O show do eu* de Paula Sibilia (2008).

A preocupação em discutir vandalismo e violência não é o objetivo central das manifestações. Para isso já existe o entendimento de que a violência também vem do

Estado quando desvia verba destinada à Educação e à Saúde; a violência também vem da mídia hegemônica que oportunamente muda seu discurso e que tenta, a todo custo, cooptar uma opinião pública a favor de suas ideologias marcadas pelos interesses de mercado. E isso não significa dizer que se está validando o vandalismo ou a violência, muito pelo contrário, engana-se quem pensa assim. Os gritos foram de “SEM-VI-O-LÊN-CIA!”. Significa que o que se está questionando é a complexidade em que estão envolvidos estes conceitos. De onde vem nosso olhar? O que consideramos, de fato, vandalismo e violência? Estes conceitos estão sendo tensionados de maneira correta em sociedade? Estas são, no entanto, questões para outra discussão, cabendo aqui apenas uma provocação.

Insiste-se ainda em voltar à questão do “ir às ruas” como um aviso-resposta da sociedade em rede às instituições. Um aviso de que é preciso abraçar novos canais para dialogar com uma nova sociedade; e uma resposta de que “o povo não é bobó”, que não vai permitir não ser mais ouvido. Entretanto, fica apenas a provocação, este também será objeto de outra análise.

Retorne-se ao início dessa reflexão, às frases de Santaella, para dizer que o que se tentou aqui foi apalpar o pássaro na energia do seu voo, e tirar disso lições a mais. Era previsto que este texto não desse conta de revelar todas as nuances e, justamente por isso, a escolha foi pela reflexão.

Por fim, a sociedade em rede nunca será uma ilustração póstuma das teorias. Ao contrário, ela é, de fato – e esses recentes acontecimentos têm mostrado isso – a forma mais originária, viva e candente em profunda transformação social, da teoria que depois é sistematizada para compreender a sociedade e seus fenômenos.

Artigo recebido em 19/01/2014 e aprovado em 05/03/2014

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

CALHEIROS, Renan. **Nota Oficial**: Presidente Renan fala sobre manifestação do site da Avaaz e aponta desafios à frente da presidência do Senado. Brasília: Senado, 15 fev. 2013. Disponível em: <<http://www12.senado.gov.br/senado/presidencia/nota-oficial/renan-calheiros/presidente-renan-fala-sobre-manifestacao-do-site-da-avaaz-e-aponta-desafios-a-frente-da-presidencia-do-senado>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede. A era da informação**: economia, sociedade e cultura. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. v.1.

_____. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

COSTA FILHO, Eirir Ribeiro. **Convidados debatem protestos e violência que agitaram o Rio nas últimas 24 horas**. Entrevista ao programa Entre Aspas da Globo News. [Vídeo]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/entre-aspas/videos/t/todos-os-videos/v/convidados-debatem-protestos-e-violencia-que-agitaram-o-rio-nas-ultimas-24-horas/2701842/>>. Acesso em: 30 jul. 2013.

CRUZ, Eduardo. **Ativistas entregam petição com 1,6 mi de assinaturas pedindo saída do presidente do Senado.** [Vídeo]. Disponível em: <<http://youtu.be/JAQhgD1a19w>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

FRANCO, Augusto. **Redes sociais. Como funcionam as ligações entre as pessoas?** [Vídeo]. Disponível em: <<http://www.tedxsaopaulo.com.br/augusto-de-franco/>>. Acesso em: 20 nov. 2012.

_____. **As velhas estruturas políticas, jurídicas e sociais não dão mais conta de regular uma sociedade crescentemente interativa.** Entrevista à Rádio CBN. [Áudio]. Disponível em: <<http://cbn.globoradio.globo.com/programas/jornal-da-cbn/2013/06/18/AS-VELHAS-ESTRUTURAS-POLITICAS-JURIDICAS-E-SOCIAIS-NAO-DAO-MAIS-CONTA-DE-REGULAR-UMA.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2013a.

_____. **Guerra ou paz? Sobre as tentações militantes que acossam alguns participantes das manifestações de rua em São Paulo e alhures.** Disponível em: <http://escoladeredes.net/group/a-terceira-invencao-da-democracia/forum/topics/guerra-ou-paz?commentId=2384710%3AComment%3A182235&xg_source=activity&groupId=2384710%3AGroup%3A181028>. Acesso em: 20 ago. 2013b.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

MARKOFF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, Porto Alegre, v.15, n.32, p. 18-50. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222013000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2013.

NOBRE, Marcos. **Choque de democracia: razões da revolta.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013a. (Breve companhia ensaio).

_____. **Convidados analisam as inquietações que marcaram este mês de junho em Brasília.** Entrevista ao programa Entre Aspas da Globo News. [Vídeo]. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/entre-aspas/videos/t/todos-os-videos/v/convidados-analisam-as-inquietacoes-que-marcaram-este-mes-de-junho-em-brasilia/2660238/>>. Acesso em: 20 jul. 2013b.

RODRIGUES, Randolfe. **Randolfe recebe petição “Fora Renan” e cobra mobilização também nas ruas.** Disponível em: <<http://blogdorandolfe.com.br/randolfe-recebe-assinaturas-da-peticao-%E2%80%9Cfora-renan%E2%80%9D-e-cobra-mobilizacao-tambem-nas-ruas/>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

ROSENFELD, Denis L. **O que é democracia.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos, 219).

SANTAELLA, Lucia; LEMOS, Renata. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva no Twitter.** São Paulo: Paulus, 2010. (Coleção Comunicação).

SIBILIA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WILLIAMS, Raymond. **Cultura e sociedade: 1780-1950.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. p. 15-21.

WOLTON, Dominique. **Pensar a Comunicação.** Brasília: UnB, 2004.